

**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Vou pedir para a equipe da TI passar o vídeo do evento realizado no último dia 29 de outubro, a entrega do Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense e da Comenda de Mérito Legislativo. Vamos ler a ata primeiro e depois exibiremos o vídeo. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. “Ata da Centésima Primeira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte e Dois da Centésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 14.275/2025, do Ministério da Previdência Social; Ofício nº 491/2025, da Prefeitura Municipal de Corumbá. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Coronel David, Pedro Kemp, Renato Câmara, Caravina, Lidio Lopes e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Roberto Hashioka, Lia Nogueira, Gleice Jane, Zé Teixeira e Zeca do PT. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Lidio Lopes e Coronel David. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 7/2025, de autoria do Ministério Público; Projeto de Lei nº 172/2025, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Lei nº 218/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp; Projeto de Lei nº 261/2025, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 180/2025, de autoria do deputado Caravina. Foi pedido vista pela deputada Gleice Jane ao Projeto de Lei nº 254/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos familiares de Amália Araújo e Fernanda Barbosa Paimel; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Benedito Rodrigues de Freitas; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares de Carlos Augusto Braud Martins; requerimento de moção de pesar, de

*autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Manoel Ferreira da Silva; requerimento de moção de pesar de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Geraldo Gonçalves; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos policiais: Fabio Silva dos Santos, André Guilherme Muhl de Carvalho, Leandro Rosa de Souza, Enivaldo Duca Lima, pelo ato de bravura, coragem e dedicação demonstrado durante o atendimento à ocorrência registrada em 27 de janeiro de 2025, na rua Maria José Azambuja, nº 2.125, bairro Estrela Porã, município de Dourados-MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à Polícia Militar Rodoviária do Estado de Mato Grosso do Sul (BPMRV), por seus excepcionais resultados na área de segurança pública e de trânsito, conforme demonstrado no balanço consolidado de janeiro a outubro de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Estado de Mato Grosso do Sul, da Polícia Militar Rodoviária Estadual, lotados em Amambai – MS, cabo PM Alberto dos Santos e cabo PM Henrique Rodrigues de Moura, pela atuação técnica e perspicaz que resultou na apreensão recorde de mais de 20 toneladas de maconha; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada a todos os integrantes do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM), por meio de seu Comando, pelo trabalho de excelência e pelos resultados extraordinários na promoção da segurança pública nos municípios de Campo Grande e Jaraguari; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao ilustre promotor de justiça doutor Alexandre Magno Benites de Lacerda, pela sua nomeação, por parte do Presidente da República, para o cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para o biênio 2026/2028, conforme publicação no Diário Oficial da União de 8 de setembro de 2025, com posse prevista para 6 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos senhores Anísio Silva e René de Vett, idealizadores e coordenadores do projeto “Corrida de Rua – Dinossauros”, pela comemoração dos 9 anos de fundação da Equipe Dinossauros, criada em 19 de outubro de 2016, na cidade de Dourados/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Lidio Lopes e Paulo Corrêa, endereçada ao desembargador Dorival Renato Pavan, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, pela instalação da 2ª Vara da Comarca de Iguatemi, ocorrida no dia 20 de outubro de 2025; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 2 de dezembro de 2025, para a realização da Sessão Solene de entrega do Diploma de Honra ao Mérito em comemoração ao Dia Estadual do Empreendedorismo Feminino (Lei nº 5.828/2022); requerimentos de informações, de autoria dos deputados Gleice Jane e Pedrossian Neto; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Jamilson Name, Gleice Jane, Lia Nogueira, Neno Razuk, Renato Câmara, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Paulo Duarte e Lidio Lopes. **USO DA TRIBUNA** - O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna, para o pronunciamento da senhora Naina Dibo, presidenta da Associação Pró-TEA. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto e Lidio Lopes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e nove de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 4 de novembro de 2025: Mensagem nº 35/2025, do Poder Executivo, submetendo à aprovação desta Casa de Leis os seguintes convênios: ICMS, Ajustes Sinief e Protocolo ICMS, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Ofício nº 4.138/2025, da Presidência da República, respondendo à moção de aplauso do deputado Zeca do PT (Prot. nº 4005/2025); Ofício nº 14.718/2025, do Ministério da Previdência Social, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 3502/2025); Ofício nº 110/2025, da Agência Nacional de Aviação Civil, respondendo à indicação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 3682/2025); Ofício nº 162/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 4139/2025); Ofícios nºs 46.766, 46.909, 46.906, 46.943, 46.949, 46.958, 47.075, 47.078, 47.081, 47.084, 47.087, 47.101 e 47.104/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a requerimentos e indicações dos deputados Gleice Jane, Coronel David, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Renato Câmara, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Lia Nogueira e Caravina (Prot. nºs 3914, 3469, 3917, 4065, 46949, 3319/2025); Ofício nº 24.201/2025, da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 3912/2025); Ofício nº 10.917/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3431/2025); Ofício nº 352/2025, da Prefeitura Municipal de Rochedo, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 267/2025, da Prefeitura Municipal de Aral Moreira, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Cartas nºs 1.161, 1.162 e 1.169/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Roberto Hashioka, Paulo Duarte e Mara Caseiro (Prot. nºs 4095, 4091, 4089/2025). Senhor presidente, está lido o expediente, conforme vossa solicitação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agora, por gentileza, vamos passar um vídeo do dia 29 de outubro, da entrega do Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense e da Comenda de Mérito Legislativo, concedidos pela Assembleia Legislativa. Esse evento foi realizado no auditório Manuel de Barros, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo. (Exibição de vídeo institucional pela TV Alems) (09h55min). Está reaberta a presente Sessão. Registro que 134 pessoas foram homenageadas por contribuírem com o Estado de Mato Grosso do Sul. Destaca-se a presença do senhor Ricardo Santim, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, que estava com o presidente Lula, na Malásia, e veio excepcionalmente para receber este título, símbolo de sua cooperação com o Mato Grosso do Sul. Cada homenageado representa um pedaço da história sul-mato-grossense. São pessoas que contribuíram com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, ajudaram de alguma maneira, tornando-o forte e orgulhoso de suas raízes. Foi uma noite de celebração, emoção e gratidão. É o justo reconhecimento a quem ajuda a escrever a história de Mato Grosso do Sul. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, encaminho uma moção de congratulação ao Cedami (Centro de Apoio ao Migrante) pelos seus 41 anos de atuação, pautados na defesa dos direitos humanos, na valorização da diversidade e na construção de uma sociedade mais inclusiva. O Cedami reafirma diariamente o seu compromisso ético e solidário de acolher o próximo, estendendo a mão àqueles que enfrentam o desafio do deslocamento, muitas vezes marcado por perdas, vulnerabilidades e incertezas. Com atendimento de diversas naturezas, como alimentação, roupas, higiene pessoal, atendimento de saúde e documentação, além de encaminhamento para o mercado de trabalho, moradia e educação, o Centro de Apoio ao Migrante celebra não apenas a sua história institucional, mas a trajetória de milhares de vidas transformadas pela acolhida, pelo amparo e pela reconstrução de caminhos. Sua atuação contribui de forma significativa para o fortalecimento de políticas públicas de proteção e garantia de direitos, bem como para a promoção do respeito às diferentes identidades culturais presentes em nossa sociedade. Também quero encaminhar um expediente deste Poder à Excelentíssima Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, e ao Excelentíssimo Senhor Hidelis Silva Duarte Junior, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, solicitando estudos no sentido de aprimorar a legislação brasileira, para que os recursos de descrição de pessoas e transmissão ao vivo — "Live" — possam ser disponibilizados nos óculos Ray-Ban Meta, com a finalidade de atender pessoas com deficiência visual. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente e caros colegas deputados. Senhor presidente, hoje os temas são mais amenos; trago apenas algumas indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após o ouvido do douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a lotação de, no mínimo, quatro novos policiais militares, no 2º Grupamento de Polícia Militar Ambiental - GPMA de Costa Rica, Mato Grosso do Sul. Justificativa: o 2º Grupamento de Polícia Militar Ambiental de Costa Rica é responsável pelo atendimento de ocorrências em cinco municípios da região, abrangendo áreas urbanas, rurais, com rios e estradas. Contudo, atualmente, conta com apenas cinco policiais para execução de todas as atividades, o que inviabiliza a manutenção de escalas completas e compromete a eficiência do serviço. Em diversos plantões, há somente um policial disponível, o que prejudica não apenas o atendimento à população, mas sobretudo a proteção do meio ambiente. A situação tende a se agravar nos próximos meses, tendo em vista que dois servidores estão prestes a se aposentar. Diante desse cenário, a lotação de pelo menos quatro novos policiais é medida urgente e necessária para garantir o atendimento adequado das demandas, assegurar a integridade das operações e proteger o meio ambiente da região. Também trago outra indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - Semadesc, senhor Jaime Elias Verruck,

solicitando a viabilização de incentivos e obras de infraestrutura no local de realização da Expocanas, no município de Nova Alvorada do Sul, por meio do programa Pró-Desenvolve e de outras iniciativas da referida pasta. Justificativa: a presente indicação atende ao pedido do vereador Nélio Dias Justen, do município de Nova Alvorada do Sul, e visa solicitar melhorias de infraestrutura ao recinto da Expocanas, evento de grande relevância para o setor sucroenergético e para o desenvolvimento econômico da região. A Expocanas é conhecida como importante vitrine do agronegócio e da bioenergia de Mato Grosso do Sul, atraindo investimentos e promovendo geração de emprego e renda. As melhorias solicitadas permitirão ampliar o potencial do evento e garantir melhores condições para expositores e visitantes. Por último, trago aqui uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelo falecimento da senhora Ilza Feitosa Nogueira, ocorrida em 29 de outubro de 2025, externando nossas condolências aos familiares e amigos. Justificativa: a senhora Ilza Feitosa Nogueira, nascida em 27 de setembro de 1951, foi mãe dedicada de Ariovaldo Medeiros Diniz, João Modesto de Medeiros Neto, Cíntia Vanessa Nogueira Diniz e Silmara Savia Nogueira Diniz. Mulher carismática e de coração generoso, dedicou a sua vida ao convívio comunitário e ao cuidado dos idosos, seu maior projeto era voltado à terceira idade, oferecendo aulas de violão e acordeom em sua própria casa, com amor e paciência, promovendo bem-estar, integração e alegria entre seus alunos e vizinhos. Pessoa de sorriso fácil e presença cativante, Ilza será lembrada por sua graça, doçura e por ter transformado a música em instrumento de afeto e inclusão. Enviamos nossos pesares, nosso fraterno abraço aos familiares e amigos desejando que Deus os conforte nesse momento doloroso. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputadas. Tenho uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, em consonância com as proposições regimentais do artigo 173, inciso XVI, e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao ex-vereador Odil Cleris Toledo Puques, pelo lançamento do livro "O Filho do Saci e outros contos", ocorrido no dia 24 de outubro de 2025, na Morada dos Baís, em Campo Grande. A obra reúne contos que transitam entre o real e o imaginário, o sagrado e o popular, valorizando elementos da cultura regional e do folclore sul-mato-grossense. Com linguagem sensível e criativa, o autor destaca o cotidiano do interior e as tradições do nosso povo, fortalecendo a identidade cultural do Estado de Mato Grosso do Sul e incentivando a leitura e a produção literária. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida dos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada estadual Mara Caseiro, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem consignar a merecida admiração e o devido reconhecimento ao ex-vereador de Amambai Odil Cleris Toledo Puques, pelo lançamento do livro "O Filho do Saci e outros contos". Ao reunir narrativas que mesclam realidade e fantasia, Odil Puques oferece ao público uma obra rica em símbolos, emoções e memórias regionais, resgatando o imaginário popular e valorizando a cultura de

Mato Grosso do Sul. Exemplo de cidadão comprometido com a comunidade com a promoção do conhecimento, Odil Puques amplia, por meio da literatura, os horizontes da educação e da cultura, demonstrando que a palavra escrita é também instrumento de transformação social e preservação da nossa identidade. O reconhecimento desta Casa Legislativa registra não apenas o êxito de sua publicação, mas também a relevância de sua contribuição para o fortalecimento das expressões culturais do estado. E também, senhor presidente, vou fazer uma indicação. Estou aguardando minha assessoria trazê-la fisicamente, mas, adiantando, é um pedido ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura, e ao presidente da Agesul, pedindo que eles deem uma atenção à ponte nova de concreto entre Eldorado e Morumbi, na MS-295. A cabeceira da ponte está desbarrancando, provocando erosões e pode ter comprometimento em sua estrutura. Eu recebi vários vídeos de pessoas que transitaram ali esta semana, nessa região da MS- 295, entre Eldorado e Morumbi. Trata-se da ponte do rio Morumbizinho. Eu pedi à Agesul que faça uma visita para que verifique o que pode ser feito para evitar danos maiores na ponte, no município de Eldorado. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Vou pedir aos deputados para que se concentrem nos três minutos.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Tenho aqui uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit de Mato Grosso do Sul, o senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando, em regime de urgência, um estudo de viabilidade técnica para instalação de redutor de velocidade em frente ao Hospital Auxiliadora, no município de Água Clara, na BR-262. A presente indicação atende a uma demanda do vereador Cleison Vital, do município de Água Clara, devido à intensa movimentação de veículos e pedestres que se concentram em frente ao hospital, que ao lado ainda conta com uma unidade do Laboratório Labormed. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar todos aqueles que nos prestigiam com suas presenças na Sessão, também os que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Senhor presidente, considerando o grande número de indicações, e que todas elas são destinadas à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, para a destinação de veículos aos municípios, farei a leitura apenas de uma, e mencionarei os municípios, para não tomar tanto tempo do Pequeno Expediente. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública,

solicitando, caso haja viabilidade, a destinação de veículos para o reforço das ações de segurança pública no município de Naviraí, ao Batalhão da Polícia Militar, à Delegacia de Polícia Civil, à Delegacia de Atendimento à Mulher, à Polícia Científica e também ao Corpo de Bombeiros Militar, atendendo à solicitação e indicação formuladas pelos vereadores Rosângela Faria Sofa, Giovana Silvério, Liliane Patrícia Dias Cappucci, da Câmara Municipal de Naviraí. Também, senhor presidente, no mesmo sentido, para o município de Aral Moreira, cuja proposição é da Câmara Municipal, tendo sido formulada pela vereadora Grazielle Schultz. Para o município de Bodoquena, para atender a Polícia Militar e a Polícia Civil, com pedido formulado pelo vereador Airlton Ferreira Marques, da Câmara Municipal de Bodoquena. Destinação de veículos à Polícia Militar e à Polícia Civil, para atender o município de Sonora, com solicitação formulada pelos vereadores Emerson Oliveira Grison e Alex Fabiano Martins, da Câmara Municipal de Sonora. Indicação também de veículos para o município de São Gabriel do Oeste, atendendo a solicitações dos vereadores Valdecir Malacarne, presidente Perkão Sales e Luizinho Freitas. Da mesma forma, veículos para Polícia Militar e Polícia Civil para o município de Camapuã, atendendo à solicitação do vereador Ademar Laurindo. Finalizando, senhor presidente, indicação de destinação de veículos automotores para o município de Nova Andradina, para Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia de Perícia do município, cuja solicitação foi formulada pelo vereador Edeildo Gonçalves dos Santos. Deixarei o restante para outro dia. Senhor presidente, vou deixar as demais indicações para outro dia, para não demorar, mas quero fazer um pedido importante, pela ordem, para fazer a leitura de um expediente que gostaria que fosse assinado por todos os Parlamentares desta Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — No dia de ontem, senhor presidente, fizemos uma reunião na presidência da Casa — agradeço, inclusive, a cedência da sala de reuniões — com a Federação das Apaes, a Federação Pestalozzi de Campo Grande, Cotelengo, a Ama, o Instituto Protea e as Apaes de Campo Grande e do interior do estado, cerca de quarenta, cinquenta pessoas presentes ali no Plenário da Casa, onde se deliberou sobre um texto comum para ser enviado à bancada Federal de Mato Grosso do Sul, aos deputados federais e aos senadores, relativo ao Decreto nº 12.686, do último dia 20 de outubro. Vou fazer a leitura rápida aqui do texto que foi deliberado nessa reunião e que vai conter assinaturas de todas as instituições presentes que colaboraram para sua redação. "Ao Excelentíssimo Senhor Dagoberto Nogueira, deputado federal e líder da bancada federal de Mato Grosso do Sul, em Brasília, e aos Excelentíssimos Senhores parlamentares integrantes da bancada federal de Mato Grosso do Sul, deputado federal Marcos Pollon, deputado federal Beto Pereira, deputada federal Camila Jara, deputado federal Rodolfo Nogueira, deputado federal Luiz Ovando, deputado federal Geraldo Resende, deputado federal Vander Loubet, senador Nelsinho Trad, senadora Soraia Tronic e senadora Teresa Cristina. Aos Excelentíssimos Senhores e senhoras parlamentares federais, vimos por meio deste manifestar nosso repúdio ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação

Especial Inclusiva, bem como solicitar o apoio de Vossas Excelências para a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 845/2025, do Senado Federal, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 846/2025, da Câmara dos Deputados, ambos voltados à sustação dos efeitos do referido decreto. A proposição editada pelo Governo Federal, ainda que sob o discurso da inclusão escolar, restringe direitos historicamente assegurados às pessoas com deficiências e suas famílias e ameaça igualmente a continuidade das escolas e dos centros especializados, ignorando o papel das instituições que há décadas promovem educação, reabilitação e autonomia para milhares de brasileiros, dedicadas ao atendimento das pessoas com deficiência em Mato Grosso do Sul e em todo o país. O Decreto nº 12.686/2025, ao revogar dispositivos protetivos do Decreto nº 7.611/2011, impõe matrícula obrigatória em classes comuns, sem considerar as condições específicas dos alunos e sem garantir estrutura, financiamento e formação docente adequados, configurando, na prática, uma ameaça e um desrespeito às políticas públicas de Educação Especial e à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. O presente expediente foi discutido e elaborado durante a reunião técnica realizada na manhã desta segunda-feira, 3 de novembro, convocada, exclusivamente, para tratar deste tema. As entidades presentes subscrevem este documento, reafirmando a unidade de propósito e a preocupação com os impactos do decreto, bem como a necessidade de articulação com a bancada federal para sustar seus efeitos. Essas entidades exercem papel preponderante na educação especializada e no acolhimento de pessoas com deficiência, em Mato Grosso do Sul, sendo fundamentais na oferta de ensino adaptado, na inclusão social e na construção de políticas públicas de atenção integral. Segue, anexo, a lista de presença da reunião contendo as instituições participantes. Diante disso, os deputados estaduais subscritores da presente, em conjunto com as entidades representativas de nosso estado, firmam o presente expediente que consiste em manifestar repúdio ao decreto e solicitar o apoio político institucional de Vossas Excelências à aprovação dos PDLs nº 844/2025 e nº 846/2025, atualmente em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, respectivamente. Esta iniciativa tem por objetivo fortalecer o Movimento Nacional em Defesa da Educação Especial, garantindo o direito de escolha das famílias, a pluralidade de ofertas educacionais, a coexistência harmônica entre a educação inclusiva e a educação especializada, bem como a necessária garantia de diálogo intersetorial entre as áreas da educação, saúde, assistência social e direitos humanos, pilares indispensáveis à construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, participativa e justa. Diante da urgência que o tema exige e considerando que o decreto já começa a produzir efeitos e gerar prejuízos práticos às instituições e aos alunos atendidos, solicitamos também que Vossa Excelência possa requerer que os Projetos de Decretos Legislativos nºs 845 e 846/2025 possam tramitar em regime de urgência, com supressão dos prazos regimentais, de modo a acelerar a apreciação e deliberação dessas matérias no Congresso Nacional. Na certeza da sensibilidade de Vossa Excelência quanto à relevância e urgência da matéria, apresentamos os votos de elevada estimativa e distinta consideração. Aqueles que quiserem assinar esta manifestação dirigida à bancada federal de Mato Grosso Sul, está aqui para receber o apoio de Vossas Excelências.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, tenho uma sugestão. O deputado Neno Razuk questionou este decreto semana passada e hoje Vossa

Excelência apresenta uma manifestação direta aos deputados, para coleta de assinatura. É interessante que seja aprovado um instrumento da Casa, como uma indicação para incluir na Ordem do Dia e a Casa aprovar.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com certeza. Podemos fazer como se fosse proposição de todos os deputados.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Expresso meu total repúdio ao texto que o meu querido amigo, figura emblemática da Assembleia Legislativa, deputado Junior Mochi apresentou. Um texto sem nenhum sentido, próprio desse pessoal da Apae, que, na sua grande maioria, frequenta os sites de extrema-direita, são vinculados a igrejas e vinculados a maçonarias. Irei apresentar um texto dizendo que, de fato, deputado Pedro Kemp, o Governo tem que mudar o decreto, mas impondo fiscalização maior nos recursos que são destinados a essas entidades, que ninguém sabe para onde vão. Em primeiro lugar isso, senhor presidente. Em segundo lugar — talvez isso caiba no texto que eu acabei de ler, servindo para os responsáveis pelas Apaes — apresento um requerimento de reserva do Plenário Deputado Nelito Câmara, desta Casa de Leis, para o próximo dia 26 de novembro 2025, quarta-feira, das 14h às 17h30, para a realização de reunião da Comissão de Desenvolvimento Agrário, Assuntos Indígenas e Quilombolas, com representantes da Concessionária Energisa/MS, para discutir e buscar soluções para os recorrentes problemas de queda e falta de energia nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, que vêm causando transtornos a agricultores familiares sul-mato-grossenses. Para a realização da reunião em questão, solicitamos a disponibilização dos serviços de segurança, copa, garçom, serviços gerais, taquigrafia, transmissão pela TV Alems e aparelhos de multimídia, com servidores para operá-los. Senhor presidente, este requerimento pedindo a reserva do Plenário tem como objetivo continuar avançando na solução dos problemas que atacam diretamente a agricultura familiar do estado. Há 15 dias, fizemos uma reunião importantíssima com os superintendentes de bancos, tratando da melhora do atendimento aos agricultores familiares e queremos, agora, discutir com a Energisa o problema da constante falta de energia, que prejudica sobremaneira os assentados da reforma agrária. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos ao senhor Wellington Guimarães, prefeito do município de Alcinoópolis e da Edineide Carvalho, a Neguinha, vereadora do município de Bodoquena. Obrigado pela presença em nosso Plenário. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Queria fazer um registro, deputado Junior Mochi, com relação à questão da manifestação que está colocada como repúdio, e também em razão da manifestação do deputado Zeca do PT. Eu tive a notícia de que o próprio Governo Federal está revendo esse decreto. Então, não sei se o melhor instrumento é o repúdio. Pela manifestação de Vossa Excelência, trata-se de uma

solicitação à bancada federal, e nós não temos interesse em repudiar; o nosso interesse é que haja a mudança e que haja efetividade.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — O que nós estamos solicitando é apenas que a bancada federal possa votar favorável aos decretos que estão em tramitação, tanto na Câmara Federal quanto no Senado, que pedem a sustação do decreto do Governo Federal.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, só para registrar, deputado, que talvez a peça "moção de repúdio" é que não esteja no caminho correto. Mas nós estamos na mesma linha de questionar o decreto. Não há divergência aqui entre os três deputados do PT e nós, ou seja, não há divergência de pensamento e sim divergência de instrumento, o que vamos procurar corrigir. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, todos os presentes a esta Sessão. Apresento uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, com cópia ao diretor-presidente da Agetran, senhor Paulo da Silva, solicitando estudos para viabilização de implantação de quebra-molas na rua dos Pioneiros, entre as ruas Marques de Abrantes e Condessa de São Joaquim, no município de Campo Grande. Justificativa anexa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Sessão, no Plenário e também pela TV e Rádio Alems. Trago hoje uma indicação que deve ser encaminhada ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura, e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de pavimentação asfáltica nas vias do município de Dourados, conforme os trechos descritos a seguir: rua Renê Miguel, antiga DA1, trecho de aproximadamente 350 metros, localizado no Residencial Deoclécio Artuzzi; rua Gelcy Maria Teixeira Marcondes, trecho de aproximadamente 350 metros, localizado no bairro Parque das Nações 1; rua Abílio de Matos Pedroso, trecho de aproximadamente 100 metros, com início na avenida Indaiá, na lateral do Clube Indaiá. Esses trechos encontram-se em condições precárias de trafegabilidade, dificultando o deslocamento de veículos e pedestres, principalmente em períodos de chuva. A pavimentação dessas vias vai proporcionar melhorias significativas na mobilidade urbana e essa foi uma solicitação que chegou até o nosso mandato. Também indico ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação, ao secretário Hélio Queiroz Daher, a solicitação de destinação de

dez computadores para a Escola Estadual José Pereira Lins, que fica na região do Jóquei Clube, em Dourados. Essa escola atende alunos do ensino médio e cursos técnicos em uma região bastante carente de Dourados, onde o laboratório de informática apresenta todos os computadores sem funcionamento. Essa situação prejudica a didática em sala de aula, limitando o acesso a ferramentas essenciais para o aprendizado contemporâneo e agravando as desigualdades educacionais. A aquisição desses dez computadores irá contribuir para o funcionamento do laboratório, melhorando a qualidade do ensino e permitindo o desenvolvimento de habilidades digitais indispensáveis. Também apresento uma indicação ao Governo do Estado, por meio do secretário Hélio Daher, e à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, solicitando a união de esforços para a implantação de ensino médio no período noturno na Escola Municipal Professora Maria Regina de Vasconcelos Galvão, localizada no bairro Parque Novo Século, na região do Anhanduizinho, em Campo Grande. Essa escola permanece sem utilização no período noturno, representando uma oportunidade para ampliar o acesso à educação nessa região da capital do estado, que é bastante populosa. A escola estadual mais próxima fica distante, o que levou diversos alunos a abandonarem os estudos devido às dificuldades de deslocamento. A implantação do ensino médio noturno nesse espaço irá beneficiar a população local, oferecendo condições adequadas para a continuidade dos estudos e promovendo a inclusão educacional. Essa demanda surgiu por meio de alguns debates que já foram feitos na Assembleia Legislativa, debates esses conduzidos também pela deputada Gleice Jane, que é uma defensora da educação pública de qualidade, e que abrangem não só Campo Grande, mas Dourados e os demais municípios, onde há o problema da falta de vagas. Sendo assim, é preciso que haja uma ação coletiva, uma parceria entre Estado e Municípios, para garantir o ensino a todas as crianças e todos os jovens de Mato Grosso do Sul. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Ainda inscritos os deputados Antonio Vaz e Gleice Jane. Solicito aos demais deputados inscritos que coloquem suas proposições sobre a mesa.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais, meu bom dia. Indicações. Indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando que seja dada prioridade para a realização do projeto e também a licitação para o asfalto da rodovia MS-465 em toda sua extensão, no trecho que compreende a BR-163 e a MS-145, no município do Rio Brilhante. Esta é uma indicação que atende ao pedido do vereador Paulo César, conhecido como PC de Rio Brilhante, e também de toda a Câmara de Vereadores de Rio Brilhante, que estão buscando também seus parceiros deputados, para que haja uma força-tarefa no sentido de colocar esse trecho como prioridade de execução do Governo do Estado. Essa é uma região importante de Rio Brilhante; é um lugar onde se vai ganhar agilidade na logística. Há muita

produção agrícola nessa região, muita produção de cana e o asfaltamento vai ligar com muito mais facilidade toda essa região até o Estado de São Paulo, porque vai economizar um trecho importante. Esse já é um compromisso feito pelo governador Eduardo Riedel, que está em andamento, e estamos pleiteando uma agilidade maior, no sentido de se concluir o projeto e que se expeça a ordem de serviço para a conclusão da obra. Também, senhor presidente, indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais desta Casa e após o ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador do estado, Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, e ao secretário de Estado de Administração, Frederico Felini, solicitando que sejam realizados estudos e adotadas as providências administrativas necessárias para ampliação do quadro do Corpo de Bombeiros Militar, com vistas à inclusão de médicos veterinários no quadro efetivo da corporação. Esse é um pedido da categoria dos médicos veterinários e esse grupo de profissionais já atua em outros estados. Em Mato Grosso do Sul, um estado agro onde historicamente ocorrem várias queimadas no Pantanal e também no cerrado, eles terão um papel fundamental na proteção da nossa fauna e poderão participar como socorristas de animais quando houver a necessidade. É o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queria registrar e agradecer com muito carinho a presença da professora doutora Laura Sigmam, coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade Federal, e do professor Elder Samuel, também do curso Jornalismo. É muito importante para nós recebê-los e poder compartilhar com vocês um pouco daquilo que é o trabalho do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul. Obrigado pela presença. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente! Quero registrar a presença de algumas lideranças de Costa Rica, da executiva do partido Republicanos: presidente Carlinhos, tesoureiro Maicon Douglas e secretário Marcelo Vidotti. Sejam bem-vindos a esta Casa. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de MS (Agesul), solicitando que seja realizada a manutenção da rodovia MS-475, rodovia Délcio Álvaro Benedito, no município de Novo Horizonte do Sul. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Edi Carlos. Esse trecho da MS-475 é uma rota essencial para o transporte de pessoas, mercadorias e produção agropecuária. A precariedade da estrada impacta negativamente o escoamento da produção local, afetando diretamente a economia da região. A falta de manutenção compromete a segurança de veículos e pedestres, agravando o risco de acidentes, especialmente para transportadores de cargas e trabalhadores que dependem dessa rodovia para deslocamentos frequentes. Diante da relevância econômica e social da rodovia, solicitamos que o recapeamento seja incluído nas prioridades do planejamento de obras rodoviárias da região. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo

Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de MS (Agesul), solicitando que sejam realizados o recapeamento e os serviços de manutenção na rodovia MS-306, no trecho que dá acesso ao campus da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), no município de Cassilândia. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pela vereadora Fernanda Messias, do Republicanos. O referido trecho, de grande relevância para a mobilidade local e regional, encontra-se em condições precárias, apresentando buracos, irregularidades, desgaste acentuado no pavimento que têm comprometido a segurança e o conforto dos usuários. A situação traz risco à integridade física dos estudantes, professores, servidores e da população em geral, que utiliza diariamente essa via para deslocamento até o campus e demais localidades. Diante do exposto, solicitamos que sejam realizados, com urgência, as intervenções necessárias de recapeamento e manutenção, para garantir melhores condições de tráfego e segurança viária e preservação da infraestrutura pública. É somente o que tenho, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Se tiverem mais alguma indicação, por gentileza, coloquem sobre a mesa, nós teremos mais uns minutos do Grande Expediente

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu apresento uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após consulta ao Plenário, que seja encaminhado indicação desta Casa de Leis ao prefeito municipal de Dourados, Marçal Gonçalves Leite Filho, com cópia autônoma à secretária de Cultura, Gisela Silva Melo, solicitando que enviem esforços para a realização de manutenção e reparos estruturais na Biblioteca Municipal Professor Chester Soares Bonfim, na Praça do Cinquentenário, em Dourados. Na semana passada, nós tivemos uma atividade de discussão da lei da Semana do Livro, da Biblioteca e da Leitura e, nessa discussão, várias escolas e vários debates incluíram a necessidade da reconstrução da Biblioteca Municipal. Também quero anunciar a presença de estudantes do curso de Jornalismo, agradecendo a presença da professora Laura e do professor Helder, que trouxeram os estudantes para conhecer um pouco da estrutura legislativa, bem como conhecer o funcionamento da comunicação aqui na Casa. Foi um momento bastante importante para que eles pudessem entender um pouco do funcionamento da política e da importância do trabalho desta turma na política e na transformação da sociedade também. Então, quero parabenizar o professor Hélder, a professora Laura e cada estudante que veio até aqui e que está preocupado com essa pauta. Sejam sempre bem-vindos e bem-vindas à Casa de Leis. Esta Casa é de vocês também e a gente conta com a participação de todos aqui sempre. Obrigada. Tenho também dois projetos de lei, presidente, dos quais farei a leitura depois, porque eles são um pouco extensos e acredito que precisamos dar encaminhamento para o Grande Expediente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço pela compreensão. Encerrado o Pequeno Expediente. Aqui estão os protocolos referentes às proposições

apresentadas. De autoria do deputado Coronel David: sete indicações (Prot. nºs 4494/2025, 4498/2025, 4499/2025, 04500/2025, 4501/2025, 04497/2025, 04496/2025); dois requerimentos (Prot. nºs 04490/2025, 04491/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 4492/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 4493/2025, 4495/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 4527/2025); um projeto de lei (Prot. nº 4507/2025). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 4530/2025). De autoria do deputado Caravina: duas moções de aplauso (Prot. nºs 4505/2025, 04504/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 04512/2025, 04511/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 04523/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 4524/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: um requerimento (Prot. nº 04508/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 4506/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 4513/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. nºs 04518/2025, 04521/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4520/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 4509/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 04510/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 4525/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 4529/2025); um requerimento (Prot. nº 04528/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 4488/2025, 04487/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 04526/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 04522/2025, 4516/2025, 4515/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 4519/2025). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de vinte minutos, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero hoje abordar um tema que é bastante complexo, espinhoso e é um assunto que requer muita responsabilidade para se fazer um debate qualificado. Na semana passada, esteve estampado nas redes sociais, nos noticiários, na televisão e nos jornais aquele fato que aconteceu no Rio de Janeiro e que causou um debate muito grande sobre a questão da segurança pública, da violência urbana e de como enfrentar o crime organizado. Acredito que esse debate merece uma atenção da sociedade, mas ele precisa se dar de forma responsável. Acredito que precisamos ir além daquilo do que normalmente se fala: "bandido bom é bandido morto", "é isso mesmo", "tem que matar" e etc. O que aconteceu no Rio de Janeiro é um filme que a gente já viu antes, deputado Rinaldo. Já tivemos outras operações dessas, com mortes de pessoas. E a pergunta que fica é: resolveu o problema do crime organizado? Resolveu o problema das milícias? E mais uma vez, eu entendo que não é bonito estampar para o mundo todo ver aquela fila de corpos estendidos no chão, mais de cento e vinte mortos. Não é bonito estampar para o mundo inteiro ver como o Brasil enfrenta o crime organizado. Como alguns especialistas já disseram, ele tem que ser enfrentado com planejamento, inteligência e articulação, integração das polícias. É assim que se combate o crime organizado. E tem que ir no cerne da questão, que são as finanças do crime organizado, porque os tubarões não estão nos morros do Rio de Janeiro. Eles estão em apartamentos ou mansões luxuosas. Vejam bem como aconteceu na Faria Lima um tempo atrás. A polícia conseguiu identificar e combater

a lavagem de dinheiro lá, ou seja, mais de quarenta bilhões de reais desviados pela lavagem de dinheiro do crime organizado. Quantos tiros aconteceram lá na Faria Lima? Nenhum tiro! Quantas mortes aconteceram lá na Faria Lima? Nenhuma morte! Uma operação daquela no Rio de Janeiro resolveu o problema do crime organizado? Não! Hoje, eles estão lá se reorganizando enquanto os chefões estão fora dos morros. O que a gente questiona aqui é sobre até que ponto não foi uma operação midiática, porque agora foi feita uma pesquisa e a aprovação do governador do Rio, que estava baixa, já subiu. Por que subiu? Porque ele sabe que uma parte da população aprova aquele tipo de operação. Aprova! Então será que foi intencional? Aquela operação foi intencional, com fundo político para aumentar a aprovação do governador do Rio? O pior é que, depois daquilo, houve uma reunião de governadores da direita, inclusive com o governador Eduardo Riedel, que saiu daqui, pegou um avião e foi lá participar. Eu pergunto, deputado Zeca do PT, qual é o objetivo? Aqui no Mato Grosso do Sul, nós não temos problemas de segurança? Não há conflitos indígenas? Não tem violência contra mulher, que aqui é uma epidemia? Não tem outros problemas na violência urbana aqui no estado? O governador Riedel foi a uma reunião de governadores da direita fazer o quê? Política! Foi para fazer política em cima de uma situação gravíssima que é essa do crime organizado. Fazer política para quê? Para dizer que os estados estão sozinhos no combate ao crime organizado. A primeira declaração que o governador do Rio deu foi que o Governo Federal não tinha ajudado em nada, não prestava apoio e que ele estava sozinho. Foi desmentido depois pelo Ministro da Justiça, que disse o seguinte: "O governador não pediu apoio e ajuda para o Governo Federal". Agora está querendo fazer política, querendo jogar no colo do presidente Lula. E aí eu digo o seguinte: por que os governadores da direita não apoiam o projeto que o governo Lula mandou para o Congresso para criar no Brasil um Sistema Nacional de Segurança Pública? O governador do Rio de Janeiro foi o primeiro a ser contra. Eles não querem um Sistema Nacional integrado entre a Polícia Federal, as polícias militares, as guardas municipais, para combater o crime organizado. Depois vão para a televisão falar que eles estão sozinhos. Eles não querem integração; eles querem fazer política e começaram a campanha eleitoral em cima de um tema que é muito sensível à população que é o tema...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —...da segurança pública

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Pedro Kemp, me permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou permitir. Só para concluir, deputado Zeca do PT. Quero dizer que existe, no Congresso Nacional, um projeto do governo Lula para criar o Sistema Nacional de Segurança Pública. Se os governadores querem, de fato, aprimorar o sistema de segurança pública e combater o crime organizado com inteligência, com planejamento e com integração, eles deveriam apoiar esse projeto e pedir para os seus deputados e os seus senadores votarem a favor. Concedo um aparte.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Pedro Kemp...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Aliás; desculpa Zeca! O deputado Coronel David tinha pedido antes, vou conceder. Depois, em seguida, concedo o aparte ao deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Isso não significa que Vossa Excelência está privilegiando a direita, não é?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não, não, de forma alguma.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom, obrigado pelo aparte, deputado Pedro Kemp. A primeira pergunta que eu faço ao senhor, deputado, é: qual a experiência de segurança pública que o senhor tem?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Nenhuma! Eu nunca fui coronel, nem polícia, nem nada. Eu sou deputado estadual.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu gostaria só de falar que as pessoas tratam a segurança pública como conversa de esquina, como o senhor está fazendo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não! O senhor está enganado. Não baixe o nível, deputado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não tem... Eu posso falar?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não baixe o nível, então.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Posso falar?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não concedo mais aparte daqui pra frente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, o senhor concede... presidente, eu estou querendo fazer o aparte e o deputado Pedro Kemp não deixa...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Desculpem-me, senhores deputados, mas, quando eu estou atendendo à deputada Mara Caseiro, é um atendimento personalizado. E ela está com cara de Federal. Pois não, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Olha! Eu não vou conceder mais um aparte a Vossa Excelência...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Como não? Como não?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ...que falou que estou fazendo um debate de esquina.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu vou falar sim. Eu vou falar sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não. Eu estou com a palavra...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, presidente...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor já concedeu o aparte para mim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —... eu concedo o aparte a quem eu quiser. Eu concedo...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Olha o Regimento, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, quem pede aparte tem que ter limite.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Olha o Regimento.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Isso é um desaforo!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Já concedeu o aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não! Eu não vou conceder.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Aqui é o seguinte. Não tem essa de gritar mais alto não, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não! O senhor não vai desqualificar...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu falo mais alto que o senhor também. Pode ficar vermelho, mas eu falo mais alto do que o senhor, tá bom? Eu quero que garanta o meu aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não vou conceder o aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu quero que garanta o meu aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor está falando que eu estou fazendo um debate de esquina.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor já deu.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não! Baixar o nível aqui, não.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Quem está baixando o nível aqui é o senhor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Debate de esquina faz o senhor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, só para a gente baixar...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O deputado fala que eu estou fazendo debate de esquina. Não vou conceder.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Está fazendo. O senhor não entende nada de segurança pública.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Nem o senhor.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor não se atreva a falar sobre segurança pública.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Nem o senhor. E não concedo o aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E não concedo o aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Ah, tá bom. Eu não entendo; é o senhor que entende.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, eu não estava aqui, deputado...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A única coisa que o senhor entende de segurança pública é não gostar da polícia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sabe o que o senhor vai falar aqui? Que bandido bom, é bandido morto! Essa é a sua visão de segurança pública. E debate raso eu não vou fazer aqui.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pergunta para a população brasileira o que ela achou da operação lá.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor está falando sozinho, deputado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputados, os dois deputados...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não concedi o aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor concedeu o aparte, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Cassei o aparte dele.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não! Não existe, não tem no Regimento "cassar o aparte".

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não! Ele falou que eu estou fazendo um debate de esquina.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só tem uma pessoa, segundo o Regimento, que pode caçar o aparte ou a palavra, que é a presidência da Casa. Então, digo a Vossa Excelência que o deputado Coronel David encerra e o senhor pode falar o que quiser. O senhor concedeu o aparte. O senhor pode não conceder, mas, uma vez concedido, ele tem o tempo regimental e ele fala. Vossa Excelência conclui e a presidência vai manter o nível do debate. Vossa Excelência vai falar por último. Inclusive irei repor o tempo que Vossa Excelência teve para fazer o debate. Então, ele concluirá e, em seguida, Vossa Excelência concluirá a sua fala, porque Vossa Excelência concedeu. E imediatamente a gente volta para o debate.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Tenha compostura então, fale com responsabilidade. Está falando que eu estou fazendo debate de esquina aqui.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — E para registrar, o aparte é três minutos. Não é discurso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Já usou um minuto e meio.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por gentileza, deputado Coronel David, estamos marcando o tempo. E eu vou restituir o tempo de Vossa Excelência.

E vou pedir para Vossa Excelência não intervir. Deixe-o concluir, e, então, eu restituo o tempo de Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um minuto e meio.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado, presidente. O senhor mostra, mais uma vez, ser um democrata autêntico, diferente do deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Coisa que o senhor não é!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deixa-me falar! Presidente, eu dizia ao deputado que está na tribuna que falta a ele conhecimento para discutir um assunto tão complexo como é da segurança pública. E ele já demonstrou total falta de conhecimento ao criticar uma operação que foi planejada por mais de um ano com acompanhamento do Ministério Público e do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Eles foram lá para cumprir mandados de busca e apreensão determinados pela Justiça do Rio de Janeiro e acompanhados pelo Ministério Público. Então, não foi uma operação que ocorreu da forma como o senhor está se referindo. O senhor tem que ter cuidado ao usar essas palavras ao se referir à questão de segurança pública. Mas Vossa Excelência mostra realmente o conhecimento que a esquerda tem a respeito disso. A esquerda gosta de bandido; a esquerda não gosta de polícia, a esquerda não gosta...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ah, pelo amor de Deus!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — ... do cidadão e aí Vossa Excelência cometeu...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Isso é um debate raso! Isso é debate raso!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deixa eu falar!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E a direita gosta do bandidão lá do pouso da arara que vai ser preso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu vou ter que restituir a palavra do tempo se Vossa Excelência... Eu vou restituir.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Fala com decência!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vossa Excelência subiu aí e começou a querer comparar a operação da Faria Lima com a operação do Complexo do Alemão. Totalmente diferente! A operação no Complexo do Alemão foi num ambiente hostil ocupada por uma facção criminosa altamente armada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E resolveu?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vai resolver!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ah, vai!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Se a esquerda deixar e o Lula também. Na Faria Lima foi totalmente diferente, um ambiente totalmente diferente onde foram cumpridos mandados de busca e apreensão, de prisão também, e realmente não disparou nenhum tiro, mas ninguém estava escondido dentro de uma favela usando armamento. Então Vossa Excelência tem que ter muito cuidado ao falar sobre isso. E ninguém quer fazer política num tema tão difícil como de segurança pública. Ou se faz operações como essa, com o apoio da grande maioria da população brasileira, ou então nós vamos perder a guerra contra o crime. Alguém tem que fazer alguma coisa e o governador do Rio de Janeiro teve coragem suficiente para fazer isso. E para terminar, vocês falam aí que estão tão preocupados... Ninguém do PT votou a favor da CPI contra o crime organizado que foi instalada no Senado Federal. Vocês falam muita coisa e não... Já acabou, presidente?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Acabou!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Terminando aqui.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Acabou já!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A PEC que Vossa Excelência fala, deputado Pedro Kemp, simplesmente retira o poder dos governadores e isso ninguém vai aceitar...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Acabou, deputado, muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência. Agora a PEC que está...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só um minuto!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A governo do Lula tem que saber fazer segurança pública.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Acabou. Acabou o aparte dele.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — A direita é assim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência vai restituir o tempo de Vossa Excelência lhe dando mais 10 minutos para concluir a vossa fala.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu agradeço e vou conceder em seguida o aparte para o deputado do Zeca do PT e depois eu vou comentar.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, eu também gostaria de um aparte.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado. Parabéns pelo pronunciamento que faz. Quero reivindicar à Mesa a compra de algodão porque há momentos em que é melhor ficar surdo do que ter que escutar tanta idiotice. Quero encher meu ouvido de algodão para não escutar, porque o absurdo que eu estou escutando aqui é tão patético, vergonhoso e inoportuno como foi patética, vergonhosa e inoportuna a reunião dos governadores, deputado Pedro Kemp, lá no Rio de Janeiro, inclusive com a presença do Riedel, o que demonstra que a direita deste país pensa a velha história: bandido bom é bandido morto, de preferência negro e pobre porque quando é rico eles pedem anistia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exatamente!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Essa é a verdade! Portanto, companheirada, pedi para a nossa líder, que vai falar agora, para entrarmos com um requerimento pedindo informação do Governo e para que este informe ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público quem pagou a despesa do governador Riedel para fosse lá participar de um esquema, querendo fazer disso um trampolim político. Isso porque sabem que estão perdendo a eleição e querem desesperadamente se arrumar na vida. Obrigado, Pedro Kemp. Parabéns!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputado Zeca. E é um assunto...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É assunta o tão sério, mas que foi tratado dessa forma, politicamente. Foi tratado assim: "Vamos fazer política, vamos desgastar o Governo Federal em cima de cento e trinta cadáveres". Esse tipo de operação nunca resolveu o problema do crime organizado e não é agora que vai resolver. Por isso eu repito: crime organizado se combate com planejamento, com inteligência e com integração das polícias. Deputado Zeca do PT, o crime organizado está infiltrado nas instituições da República; ele ajuda a eleger deputados e senadores. O crime organizado e o tráfico de drogas ajudam a eleger deputados, senadores e vereadores no Brasil inteiro. Também está infiltrado no Poder Judiciário, nos poderes da República. E os chefões estão tomando uísque nesse momento, comemorando os altos rendimentos que eles têm com o tráfico de drogas nos morros, que faz dos jovens negros "mulas". É muito mais popular você defender

aquele tipo de operação dizendo "Nós estamos eliminando o crime organizado!". Eliminando coisa nenhuma, porque o crime organizado continua organizado e está se defendendo nos palácios das instituições da República. Eles, os chefes, estão ilesos. Deputado Coronel David, sem querer fazer um discurso raso de esquerda e direita, esquerda não defende bandido, como vocês falam. A direita é que gosta de uns bandidos, inclusive daquele bandido que está lá nos Estados Unidos, o Eduardo Bolsonaro, conspirando contra o Brasil. É uma vergonha que até hoje a Câmara dos Deputados não tenha cassado o mandato dele! Ele continua recebendo salário! Um trabalhador quando falta trinta dias no trabalho é demitido por abandono de emprego. O Eduardo Bolsonaro faz oito, nove meses que está sem trabalhar, lá nos Estados Unidos. Perdeu o mandato? Abandono de emprego? Não! Está recebendo salário para conspirar contra o Brasil. Temos que fazer um debate de alto nível, um debate por onde...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, me permite um aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Permito.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, eu gostaria de colaborar com esse debate. Nós precisamos entender que segurança pública diz respeito ao público, ao povo, é a segurança do povo e o povo tem que fazer parte desse debate, assim como no debate sobre educação todo mundo participa, no debate sobre saúde pública toda a população participa. A segurança pública fala sobre a população e a população não só pode como deve participar deste debate e não somente quem é da segurança pública. Gostaria de fazer um relato, deputado, que na semana passada nós recebemos aqui uma comissão que veio fazer mediação de conflito nas áreas indígenas, no município de Caarapó. Uma das visitas foi ao Secretário de Segurança Pública e lá o grupo questionou a atuação da Polícia Militar que, naquele momento, era quem estava atacando a população indígena. Não era um conflito entre fazendeiros e indígenas; era PM contra indígenas. A comissão veio aqui para trazer esse assunto para o secretário e a primeira fala dele, de acordo com o relato de várias pessoas que estavam na reunião, foi: "Olha, teve um caso em 2006 no qual dois policiais a paisana estiveram envolvidos, fora do horário de trabalho. Houve realmente conflito e perderam suas vidas." Aquele caso foi lembrado agora como alternativa de vingança, ou seja, uma secretaria de políticas públicas que pensa a política de segurança pautada na vingança tem condições de pensar segurança pública para a população? E tem outra questão também: quem morreu é rico ou é pobre? Só morre quem mora na favela e quem mora na favela é pobre. Então essa Segurança Pública está atendendo o povo ou está só matando pobres? Ou está matando bandido rico também? Nós da esquerda defendemos a vida, como a Constituição Federal. E a Constituição Federal não permite pena de morte. Portanto, nós vamos continuar defendendo a vida e nós vamos continuar defendendo que segurança pública tem que ser debatida pela população. Esta Assembleia Legislativa votou pela permissão de que o Plano de Segurança Pública fosse aprovado somente pela Secretaria, sem que passasse pelo debate nesta Casa de Leis, o que foi um erro também, porque é assim que pensa a direita, que segurança pública não é interesse

do povo. Na verdade, nós povo, nós população, temos também que reivindicar o direito de participar desse debate. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para encerrar, senhor presidente, gostaria de dizer que, para debatermos segurança pública, não precisa ser integrante da Polícia Civil ou Polícia Militar. A segurança é um problema que toda a sociedade deve debater e nós fomos eleitos para debater os problemas da sociedade, senão o deputado Coronel David só poderia discutir segurança e não poderia discutir saúde, educação, meio ambiente ou mais nada. Assim é o debate que todos nós temos que fazer de forma fraterna, deputada, e de alto nível. Para encerrar, gostaria de dizer que, para combater de fato, de verdade, o crime organizado, tem que sufocar o financiamento dessas organizações criminosas. É assim que se combate o crime organizado: investigar a lavagem de dinheiro: onde está sendo depositado, para onde esse dinheiro está sendo desviado, e assim acabar com financiamento do crime organizado. Esse tipo de operação pode funcionar para fazer política, mas não para resolver o problema. Mais uma vez, eu digo: o problema continua no Rio de Janeiro e em muitos outros estados onde o comando vermelho e outras organizações criminosas estão atuando. Se não houver inteligência, integração e combate efetivo às finanças do crime organizado não se resolve o problema. Era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queria registrar e agradecer a presença do senhor Edmilson Belizário, mais conhecido como Fordão, vereador lá do município de Dois Irmãos do Buriti, brigando pelo asfalto entre Dois Irmãos e Terenos. Fordão, estamos juntos. Mais uma vez registrar para os alunos do curso de Jornalismo que este é o Parlamento: debates, diferenças, ideias diferentes, temas polêmicos nacionais e locais, sempre em busca de melhorar e de construir políticas públicas para resolver os problemas do cidadão sul-mato-grossense. Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Eu pergunto ao deputado segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois senhores deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais uma vez, o nosso agradecimento a todos os alunos de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Obrigado pela presença. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 218/2024. Autor: deputado Pedro Kemp. "Assegura, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a alternativa de o beneficiário apresentar carteira física de identificação aos prestadores de serviços das operadoras dos planos de saúde que exijam o uso de aplicativo ou de token, nos casos que especifica". Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 218/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, agradecendo os votos dos nobres colegas deputados e deputadas, em especial o voto do deputado Coronel David, que nunca leva para o lado pessoal as discussões, mas sempre prima por um debate político. Eu agradeço o voto de todos. São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 226/2025. Autor: deputado Junior Mochi. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Protetora dos Animais – Mundo Vira Lata, com sede no município de Chapadão do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relato deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 226/2025, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço, nobre presidente, por citar a minha vice-prefeita predileta de Mato Grosso do Sul, Sumara Leal, acompanhada dos companheiros de Cassilândia. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Aproveitando também a presença da secretária Jose, que nos faz o convite para a 4ª edição do Festival da Cultura Pantaneira em Rio Verde, dias 13 a 15 de novembro. Sintam-se todos convidados. Parabéns, Jose, pelo trabalho.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Na onda do agradecimento às figuras ilustres presentes, quero registrar a presença no Plenário do "Veio do Rio", que é uma figura da cultura pantaneira que hoje estará no Bioparque, ele é uma referência. É uma honra recebê-lo.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Muito bom, todo mundo um dia vai ser o veio do rio.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Seria justo com a história e pela razão de buscar justiça, eu me permito pedir a Vossa Excelência um minuto para expressar aqui um registro. Exatamente hoje, faz cinquenta e seis anos da morte de Marighela, uma grande liderança que combateu a ditadura militar e que foi morto em uma alameda em São Paulo, e que, para isso, foram necessários de vinte e nove policiais, um cão e sete automóveis para assassinar Marighela.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registro: Vossa Excelência ainda tem as Explicações Pessoais, porque essa não é questão de ordem. Um convite aos senhores deputados: amanhã, às oito e trinta, nós teremos a presença do governador do estado na sala de reunião da presidência; será pontualmente às oito e trinta da manhã. Em razão disso, podemos fazer a reunião da CCJR mais rápida ou fazer depois, deputado. Vamos nos organizar.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — Gostaria que fosse registrada a presença do amigo de Dois Irmãos do Buriti, vereador Fordão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vereador Fordão já teve a presença registrada por esta Casa. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 183/2025. Autor: deputado Renato Câmara. "Institui o 'Dia Estadual do Varejista' no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo com relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o autor do projeto, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Gostaria de pontuar que essa categoria representa 65% dos empregos do Mato Grosso do Sul e está passando por uma das maiores dificuldades da sua história em razão do crescimento do e-commerce. Então, ter o Dia do Varejista é muito importante para que possamos discutir esse grande desafio dos varejistas com a sociedade. Meu voto é sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação o Item 3, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 183/2025, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um
votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final.
Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 254/2025. Autor: Poder

Executivo. "Autoriza o Poder Executivo estadual a contratar operação de crédito contingente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Aditiva 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, mesmo discordando cada vez mais do comportamento político e ideológico que o governo Riedel toma na sua opção pela direita, entendo que neste momento de gravíssima dificuldade financeira porque passa o Governo, consequentemente Mato Grosso do Sul, não seríamos nós do Partido dos Trabalhadores a nos omitir em votar. Portanto, quero expressar a Vossa Excelência, em nome da bancada, o nosso voto favorável, registrando que somos contrários ao comportamento cada vez mais ideologicamente à direita que toma o governo Riedel. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, na mesma esteira do deputado Zeca do PT, nós entendemos que o Estado está passando por uma dificuldade financeira muito séria e a forma que ele está encontrando de resolver o problema do Hospital Regional é com essa parceria público-privada. Está prometendo, inclusive, ser referência de alta complexidade para um milhão e meio de pessoas. E é importante a gente dizer que o Hospital Regional está realmente necessitando de uma reestruturação, de uma reorganização e de uma reforma da estrutura física, até porque há muitas reclamações sobre o atendimento no Hospital Regional. Entretanto, queria deixar claro que o que nós estamos votando aqui não se trata de um empréstimo. O Governo não está fazendo empréstimo, mas é uma garantia para essa parceria público-privada que está sendo feita. Então, nesse sentido, que nós estamos dando aqui um voto de confiança, apostando que haverá melhora no atendimento no Hospital Regional, que continuará sendo público, ou seja, não vai cobrar da população o atendimento. Mas precisa ter investimento. Então, nesse sentido, eu voto favorável. Não se trata de um empréstimo, mas de uma garantia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, embora sejamos do mesmo partido, tenho opinião diferente. Meu encaminhamento é pelo voto contrário a esse projeto,

justamente porque ele não foi debatido com o Conselho de Segurança, com a sociedade, com o Conselho de Saúde. Trata-se de uma pauta extremamente importante, a qual venho defendendo há algum tempo, de que a sociedade civil precisa fazer parte dos debates, que envolvem a saúde aqui no Estado do Mato Grosso do Sul. Nós já tivemos outros momentos em que votamos a possibilidade de que esses projetos pudessem tramitar sem passar pelo conselho, o qual eu fui contra também. Porque eu entendo que um projeto que vai mudar toda a organização da saúde no estado, precisa ser debatido com a população. E esse trabalho não foi feito. O governador não apresentou isso para a população, não fez essa discussão com os conselhos, e propõe aqui as parcerias público-privadas da Bata Branca, que não são de todo hospital, mas interferem diretamente na mudança do regime do trabalho e da terceirização do serviço da saúde. Por ser contrária à terceirização dos serviços e por ser defensora do serviço público, eu vou votar contrária a esse projeto. Defendo saúde pública gratuita de qualidade, com investimento público, mas sem o regime de terceirização apresentado pelo governador. Obrigada!

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, é exatamente para esclarecer: o crédito contingente é um empréstimo condicionado a situações de emergência. Isso não significa que esse dinheiro será utilizado pelo Governo e, como acontece no caso das finanças corporativas, qualquer crédito nesse sentido não é nem contabilizado no balanço.

Isso está nas notas explicativas. Então, é uma espécie de seguro, para que, se eventualmente a parte que cabe ao Estado nesse TPP não for cumprida, o investidor que participa da licitação tenha isso como garantia. Então, o Estado não está fazendo um novo empréstimo; está apenas garantindo a operação da parceria público-privada do Hospital Regional de Campo Grande, que é absolutamente importante para a saúde pública de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 254/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (Sem Partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-Secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Queria registrar a moção do deputado Junior Mochi, que a princípio está como de repúdio. Nós fizemos a alteração da redação e essa presidência tem uma proposta, deputado Junior Mochi e deputado Pedro Kemp, pois o deputado Pedro Kemp também tem uma indicação no sentido de pedir o aprimoramento do decreto. Proponho juntar os dois num texto só, para fazermos em nome da Casa...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — ...um aprimoramento, pedindo a reestruturação do decreto e o que interessar à política pública.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente. Senhor presidente, não dá para a gente votar aqui uma moção de repúdio.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós já dissemos que não vai ser moção de repúdio, deputado. Foi isso que eu acabei de falar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Na semana passada, apresentei uma indicação para o Ministro da Educação, para rever o decreto. O ministro já deu uma entrevista, falando que vai rever e vai incorporar no decreto algumas propostas das entidades, das federações. Então, acredito que temos que fazer documentos nesse sentido, pedindo...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mas é nesse sentido o documento, deputado, acabei de falar isso. indicação de Vossa Excelência veio no mesmo sentido da do deputado Junior Mochi. A diferença é que ele tinha colocado como moção de repúdio, mas concordou em anexar à manifestação o pedido pela mudança com aval de todas as entidades...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Perfeito! Está bom então.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero deixar claro aqui. Apresentar repúdio ou manifestar contrariedade, não é esse o problema. A verdade é a solicitação clara das entidades de apoio aos projetos de decreto legislativo que estão em tramitação na Câmara e no Senado para sustar o decreto do Executivo. Se tiver que fazer outro decreto, com outra formulação, não há problema algum. O que eles querem é a sustação desse decreto que está em vigor. Deputado Zeca do PT, com todo respeito que eu tenho por Vossa Excelência, não se institui uma política pública por decreto. Decreto é para regulamentar, não instituir uma política pública. O texto refere-se a entidades quase

seculares que estão trabalhando nas especificações, nas especialidades; são entidades que merecem todo nosso respeito e consideração. Eu retiro a palavra "repúdio", por não ser exatamente a palavra a ser utilizada. A questão é sobre a contrariedade ao decreto e o nosso pedido é no sentido de requer apoio aos parlamentares federais, tanto deputados federais e senadores, no sentido que votem favorável ao projeto decreto legislativo que susta a validade do decreto do Executivo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para registrar: a Mesa entende que Vossa Excelência tem razão e que o deputado Pedro Kemp também tem razão. São duas indicações diferentes e nós vamos votar as duas indicações: uma para mudar o texto e a outra para ter o apoio da bancada federal. Então votando a do deputado Pedro Kemp e a do deputado Junior Mochi, retirando desta última a palavra repúdio.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente! Senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Incluída a do deputado Pedro Kemp.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, apenas para colocar aqui...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Questão ordem, deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Questão de ordem somente para dizer que é a sustação desse decreto. Há a diferença.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A correção feita é a de que não é repúdio. A manifestação será votada e quem não concordar pode votar de forma contrária. E está sendo incluída a do deputado Pedro Kemp, que não estava na Ordem do Dia, deputada. São diferentes. Está registrada a diferença e se alguém quiser pode manifestar-se no voto contrário. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 01 requerimento, 25 indicações, incluindo a do deputado Pedro Kemp, 01 moção de aplauso e 01 moção de repúdio... não são 25? Ok. Então são 26 indicações com a do deputado Pedro Kemp e a do deputado Junior Mochi. Quem tiver manifestação contrária, faça-a que será registrada.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero registrar, senhor presidente, o meu voto favoravelmente à indicação do deputado Pedro Kemp e contrariamente à manifestação das entidades...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — ...solicitando a suspensão do termo repúdio, ou algo nesse sentido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, da mesma forma, até sendo coerente, eu também voto contra a proposição do deputado Pedro Kemp e favorável à que eu apresentei.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu também quero registrar o voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Mara.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu quero registrar os votos. Eu sou contrária à indicação do deputado Pedro Kemp e sou favorável à indicação do deputado Junior Mochi, porque o que queremos é a sustação desse decreto que já está em vigor e pode trazer grandes prejuízos para as instituições que cuidam das pessoas com deficiência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero votar favorável à manifestação do deputado Pedro Kemp e contrária à manifestação do deputado Junior Mochi, porque o decreto traz avanços e tem pontos a serem debatidos, sendo esse o debate nacional que vem sendo feito e nós precisamos de garantias na educação especial. Há questões dentro do decreto que realmente precisam ser revistas, mas esse debate não é ruim. O decreto avança em algumas pautas, inclusive naquelas que precisam ser melhoradas. Nós precisamos avançar e manter o que já foi conquistado. Então não queremos sustar; nós precisamos avançar e melhorar o decreto. Em razão disso, manifesto aqui o meu voto favorável à manifestação do deputado Pedro Kemp e contrária à moção de repúdio. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação... Registrado os votos contrários e os favoráveis.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu voto também favorável à minha manifestação e contrário à do deputado Junior Mochi.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado o voto de Vossa Excelência, também. Não havendo mais oposições... Em discussão... Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Caravina, em razão do falecimento dos jovens Igor Pereira Rosa Paniago e Tiago Andrade Rezende. Moção de pesar, proposta pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento

do senhor Geraldo Alves Gonçalves. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento da senhora Maria Liberata Pereira. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento da senhora Regina Sueli Monteiro Rodrigues. Moção de pesar, proposta pelo deputado Caravina, em razão do falecimento do senhor Fernando Augusto Araújo de Lima. Em discussão... Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Mais uma vez, senhores deputados: amanhã, às oito horas e trinta minutos, impreterivelmente, solicitando à CCJR que faça sua sessão e que depois vá ou chegue até às nove horas na reunião, que é o período de introdução. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Registrando e agradecendo a presença da senhora Josy Madruga, secretária de Cultura de Rio Verde. Nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Transferida.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência disporá de dez minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, tinha manifestado antes que iria fazer a leitura de um projeto de lei, mas irei fazê-lo amanhã. Vou fazer agora a leitura da carta aberta da população de Dourados ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul; uma carta aprovada em uma audiência pública realizada na semana passada para discussão de vagas nas escolas em Dourados, um tema que acredito ser importante. A audiência pública aconteceu sob a proposição e coordenação da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Dourados. Entre os encaminhamentos, tivemos também a criação de um grupo de trabalho, do qual nós vamos também fazer parte, representando a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, deputado Professor Rinaldo. Temos ainda alguns encaminhamentos que serão necessários, mas quero fazer uso da tribuna para fazer leitura desta carta. "Senhor governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel. Nós, representantes das famílias, estudantes, categoria profissional e educadores, vereadores e deputados estaduais, vimos por meio desta cobrar ações da Secretaria Estadual de Educação para solucionar, com urgência, o problema da falta de vagas e superlotação nas escolas públicas do município de Dourados. A situação é alarmante e tem colocado em risco a vida de estudantes, causando transtornos a milhares de famílias douradenses e profissionais da educação pública. A Secretaria de Estado de Educação precisa de forma urgente dividir a responsabilidade com a Prefeitura de Dourados no atendimento do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, como previsto no regime de colaboração estabelecido pela Constituição Federal, pela LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Hoje, há um déficit de vagas para aulas, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino. Essa situação foi ocasionada pelo fechamento de salas de aulas integralizadas das escolas da rede estadual de Dourados, o que gerou superlotação nas escolas do município. Esse problema afeta diretamente milhares de alunos, famílias e trabalhadores da educação. Nos últimos anos, familiares têm encontrado dificuldades para matricular seus filhos e filhas nas unidades de ensino próximos

as suas residências, sendo obrigados a acionar a justiça. Isso também coloca em risco crianças que precisam atravessar a cidade para estudar, em alguns casos enfrentando trânsito perigoso de rodovias que cortam bairros da cidade. Profissionais da educação têm adoecido pela falta de condição de trabalho com salas de aula superlotadas, ocasionando a precarização do atendimento educacional em Dourados. Portanto, a população douradense solicita a resposta urgente da Secretaria de Estado de Educação para oferecer vagas para alunos do primeiro ao quinto ano da rede estadual de ensino de Dourados, utilizando as escolas estaduais que hoje se encontram com salas ociosas e os profissionais concursados dessa etapa e que atualmente estão lotados em outros setores, mas desejam retornar ao atendimento dos anos iniciais fundamentais. Essa ação é emergencial e necessária para garantir os direitos das famílias que sofrem cotidianamente com a falta de vagas, como também garantia de educação de qualidade aos estudantes que estão em turmas lotadas." Essa é uma carta que diz respeito à situação local de Dourados. Hoje apenas 16% do atendimento à educação em Dourados é realizado pelo Estado e todo o restante, mais de 80%, pelo Município. Então, essa situação tem criado desequilíbrio também na oferta da educação em Dourados, criando transtorno para as famílias. Nas semanas passadas, participei de várias plenárias em escolas nas quais conversamos com as famílias, nas quais também ouvimos estudantes que relatam dificuldade e preocupação. Portanto, precisamos de uma situação mais equilibrada no município de Dourados que, pelos estudos realizados entre as maiores cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, é a única cidade que tem um desequilíbrio tão grande. Em outros municípios, o Estado atinge cerca de 30% da educação, mas em Dourados apenas 16%, colocando o Estado numa situação de desresponsabilização do processo educacional, passando somente para o Município. O município está crescendo; há uma expectativa de crescimento maior e a gente não tem ainda uma previsão efetiva de construção de novas escolas. Então é importante que o Governo do Estado se adiante e que de forma urgente construa as escolas em Dourados, principalmente nos bairros novos. A audiência pública fez um grande debate sobre essa pauta e nós tiramos como encaminhamento da criação de uma comissão para que Estado e Município façam realmente um debate. O que detectamos é o fato de ter central de matrícula municipal e estadual que não se comunicam. Não há, inclusive, um consenso de quantas crianças estão hoje fora da escola; não temos esse número exato, porque houve justamente falta de diálogo entre as secretarias. Então esperamos que o Estado assuma imediatamente a sua responsabilidade em um diálogo com o governo municipal, com a Assembleia Legislativa, com a Câmara Municipal, atendendo a uma reivindicação da população. E no debate da educação, faz-se necessário que a gente o amplie e avance muito. Essa é uma das pautas centrais também para que consigamos avançar na qualidade da educação no Estado do Mato Grosso do Sul. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, deputado Renato Câmara, presidente, deputado Pedro Kemp, demais

deputados, deputada Gleice Jane, e todos que estão nos acompanhando através da Rádio e da TV Assembleia, toda equipe aqui presente. Talvez não usarei os dez minutos, mas eu não poderia deixar de fazer aqui um relato, deputado Pedro Kemp, da audiência que estivemos participando ontem, em uma das escolas que é uma referência, a Escola Municipal Agrícola Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo. Uma escola que foi criada em 1996, foi implantada em 1997; em 2006, foi implantado o ensino médio integrado, ou seja, já com 19 anos de existência, período em que tantas turmas foram formadas. Em 2011, teve o reconhecimento pelo Conselho Municipal de Educação aqui de Campo Grande. Durante todo esse tempo foram construídos blocos, cozinhas adaptadas para aqueles alunos que desfrutaram de uma política diferente, uma política para a área rural. E, por incrível que pareça, depois de dezenove anos, a Semed, Secretaria Municipal de Educação, sem ter um diálogo com a comunidade, com o corpo docente, com os alunos, falou: "Olha, a partir de agora, nós estamos entregando para o Estado". Isso se deu até sem comunicação, sem uma conversa com a SED. Então, ontem eu fui convidado pela Comissão de Educação, liderada pelo professor Juari, professor Riverton, professor Herculano Borges, que foi colega nosso aqui, o Wilson Lands e também a Luísa Ribeiro, que, mesmo não sendo da Comissão de Educação, participou. E eu fiquei ali admirado, primeiro se tem algo que nós não podemos prescindir em um Estado Democrático de Direito, em se tratando de educação, é a participação da comunidade. Aliás, é esta uma das características de uma escola pública na qual acreditamos, ou seja, é ter esse debate democrático, ouvindo todas as partes envolvidas para que tenhamos sucesso no andamento escolar. E algo que me chamou muita atenção é que é, justamente, uma escola referência, da qual os alunos não querem sair e muito menos seus pais e os professores. E ontem houve lá um debate bastante acalorado e o professor Lucas, que é o atual secretário e esteve presente, teve a humildade de reconhecer que o encaminhamento foi extremamente equivocado. Portanto, eu gostaria de fazer aqui um apelo para que a prefeita de Campo Grande não cometa comportamentos arbitrários como este. Assim como quis recentemente, através de um decreto, deputada Gleice, subtrair as gratificações de quem fez mestrado, de quem fez doutorado, de pessoas que estão há muito tempo trabalhando com a educação, que se prepararam para ter esse benefício. De repente, baixa um decreto verticalizado, sem comunicar, sem dialogar, criando uma repulsa por parte do corpo docente para depois voltar atrás. Agora, da mesma forma, tudo indica que vai acabar voltando atrás novamente, dando uma demonstração inequívoca de falta de planejamento, de falta de compromisso e, acima de tudo, de respeitabilidade para com aqueles que estão ali, os professores muito entristecidos e até um pouco revoltados por essa atitude. Portanto, eu quero cumprimentar o diretor daquela escola, uma escola referência que se localiza na BR-040, saída para Santa Rita do Pardo; uma escola agrícola que fora criada, como eu disse em 1996, e que tem dezenove anos formando cidadãos. E eu vi a participação não somente dos professores, mas também dos alunos e dos pais, revoltados pela o encaminhamento que deram. Eu acredito que o professor Lucas vai voltar atrás, mas ele disse: "Olha, não depende só de mim; eu tenho que falar com as outras secretarias". E ali ficou nítido o objetivo: economia. Vejam só, viver em um país, em uma cidade onde as pessoas não têm a educação como investimento, e querem economizar e passar essa "bucha", em tese, para o Estado, nos prova que realmente não se tem compromisso efetivo com educação. E

sabemos que o nível médio é do poder público estadual, mas isso não impede o Município de também atuar, como não impede, também, o Estado de atender as primeiras séries, como sempre debatemos na Comissão de Educação. Mas, enfim, essa reunião aconteceu ontem e eu acredito que essa situação volte atrás, e que a população ali dessa escola, que é conhecida e reconhecida, não somente no nosso estado, mas em nível nacional, pela sua grandeza, não venha interromper esse atendimento àquela comunidade. Portanto, senhor presidente, era apenas esse registro que eu gostaria de deixar nesta manhã, quase tarde, de terça-feira, e parabenizar a professora Fabiana, que também esteve ali à frente dando todo encaminhamento nesse debate que aconteceu ontem e aguardamos uma resposta positiva, que não venha trazer transtorno nem para os alunos, nem para os professores e, conseqüentemente, para a população dessa escola. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, avoco a proteção de Deus e declaro encerrada a presente Sessão (11h41min).